

Reflexões sobre pesquisas em Psicologia no campo das Políticas Públicas¹

Reflections about Research on Psychology in the field of Public Policy

Edson Sigueyoshi Hamazaki², Paulo Francisco de Castro^{2,3}

2 Bacharelado em Psicologia - Universidade Guarulhos – UnG

3 Universidade de Taubaté – UNITAU

Departamento de Psicologia - Bacharelado em Psicologia

{edsonhamazaki@globo.com, castro.pf@uol.com.br}

Resumo. Este estudo objetiva refletir sobre as publicações científicas com o tema “Políticas Públicas em Psicologia”, principalmente no que tange aos procedimentos empregados na avaliação e no atendimento por parte dos psicólogos que colaboram na elaboração, implantação ou avaliação dessas políticas. Foram analisados 91 artigos, publicados entre 2010 e 2015 e indexados na Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia, que tratassem direta ou indiretamente do assunto. Os dados revelaram que: A maior parte foi publicada em 2013 (24%) e 2014 (22%) e o periódico com a maior quantidade de textos foi a Revista Psicologia: Ciência e Profissão (24%). Os dados obtidos nas pesquisas foram classificados em cinco categorias de análise: Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Saúde (33%), em Educação (25%), na Justiça (18%), na Assistência Social (12%) e em relação à formação do psicólogo (12%). Trabalhos que se utilizaram de entrevistas foram os mais incidentes (67%) sendo mínimo o emprego de testes como instrumentos de avaliação psicológica (dois testes em uma pesquisa). Em síntese, observa-se que a maioria dos trabalhos foi publicado em 2013, com ênfase na área de saúde e pautaram suas conclusões em entrevistas. Estudos mais amplos são necessários para possíveis generalizações.

Palavras-chave: políticas públicas, avaliação psicológicas, psicodiagnóstico.

Abstract. *This study aims to reflect on scientific publications with the theme “Public Policy on Psychology”, mainly concerning the procedures used in assessment and service on the part of psychologists that cooperated in the development, implementation or assessment of the policy. 91 articles, published between 2010 and 2015, indexed in the Online Health-Psychology Library and dealing directly or indirectly with this issue were analyzed. Data showed the following: most articles were published in 2013 (24%) and 2014 (22%) and the periodical with the highest number of texts was Revista Psicologia: Ciência e Profissão (24%). Data obtained in the surveys were classified in five categories of analysis: Aspects related to the contribution to development of public policy on Health (33%), on Education (25%), on Justice (18%), on Social Work (12%) and regarding the qualification of the psychologist (12%). Studies that made use of interviews showed the highest incidence (67%), whereas the use of tests as psychological assessment tools was minimum (two tests in one survey). In sum, it can be noticed that most of the articles were published in 2013, with emphasis on the health area and conclusions based on interviews. Further and more comprehensive studies are necessary to allow generalizations.*

¹ Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Guarulhos – PIBIC/UnG.

**Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática em Saúde e Bem-estar.**

Vol. 5 no. 6 – Maio de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac
ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>

E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

Keywords: public policy, psychological assessment, psychodiagnosis.

1. Introdução

Segundo Bock (2011), a psicologia recebeu uma certidão de nascimento, referindo-se à lei 4119/62 que a instituiu, antes mesmo do nascimento da criança. Considera que naquele momento ainda não havia as condições necessárias para que a psicologia se firmasse como profissão. Não havia a corporação para dar forma, não existia um discurso ideológico para caracterizar a profissão e não tínhamos um modelo. Durante as décadas de 70 a 90, os psicólogos se perguntaram quem eram ou, ainda, quem queriam ser. A profissão foi sendo inventada, construída pelos psicólogos. Foram inauguradas novas práticas e novos campos, tornando a Psicologia uma profissão de interesse social.

O código de ética foi refeito três vezes a partir dos anos 80, indicando a movimentação e a transformação da profissão. Cresceram os cursos de psicologia e a profissão cresceu mais ainda. De acordo com dados do Conselho Federal de Psicologia (CFP), tem-se hoje mais de 250.000 psicólogos no país, atuando em todos os estados brasileiros (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014a).

Neste cenário a área depara-se com as políticas públicas, graças a elas o conhecimento e o fazer psicológico poderão ser democraticamente, acessados. Elas permitirão que a categoria tenha mais oportunidades profissionais e ajudarão a estabelecer o compromisso da psicologia com a sociedade brasileira. Elas exigirão reformulações teóricas e técnicas e farão com que os cursos de graduação saiam do lugar cristalizado e conservador nos quais se mantém. Para tanto, os psicólogos devem aliar seus instrumentos de intervenção com as teorias psicológicas para que as ações sejam efetivas e transformadoras na profissão. É preciso conhecer e sistematizar o trabalho daqueles que ousaram, atuando nas políticas públicas. Na última década o Brasil se envolveu na recuperação de um Estado que se volta para os direitos básicos da população, oferecendo a ela os recursos e o atendimento necessário para que estes direitos sejam verdadeiramente garantidos (BOCK, 2011).

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

Órgão do Conselho Federal de Psicologia, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foi criado em 2006 com o objetivo de consolidar a produção de referências para atuação dos psicólogos em Políticas Públicas, através de pesquisas coordenadas em todo o território nacional. Dessa maneira, o Sistema Conselhos visa inserir o profissional de Psicologia como agente que possa garantir os direitos fundamentais instituídos pela Constituição Brasileira. Formado em rede, é constituído por vinte unidades locais, nos conselhos regionais de psicologia (CRP). Especialistas em políticas públicas são responsáveis por coordenar as atividades locais de pesquisa. O CREPOP busca promover a qualificação da atuação profissional dos psicólogos que atuam em políticas públicas, sistematizando e divulgando suas práticas profissionais. Para nortear a reflexão sobre a prática profissional, o CREPOP elabora documentos de referência técnica para a realização dessa prática nas políticas públicas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014b).

O Sistema Único de Saúde (SUS)

A noção de inclusão e participação da sociedade civil na formulação e no controle das políticas públicas no Brasil é ainda muito incipiente. Comemoramos, em 2015, os recentes 27 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 196 instituiu a saúde enquanto direito de todos e dever do Estado. O Sistema Único de

Saúde (SUS) foi criado para proporcionar acesso ao atendimento público de saúde ao conjunto da população brasileira. É financiado com recursos arrecadados em contribuições sociais e impostos pagos pela população. Formado por um conjunto de ações e serviços de saúde sob gestão pública, é organizado em redes hierarquizadas e regionalizadas ao longo de todo o país. Foi regulamentado pelas Leis 8.080/90 (BRASIL, 1990a) e 8.142/90 (BRASIL, 1990b). Seus princípios são o resultado de um longo processo histórico e social, que se propõe interferir na promoção e assistência à saúde oferecida à população brasileira. A saúde é garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Consta no artigo 198: "As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade" (BRASIL, 1990b, on-line).

A Prática Psicológica no SUS

Partindo-se do princípio da universalidade do SUS para atender as necessidades da população, o Conselho Federal de Psicologia reuniu-se com os diversos Conselhos de Saúde a fim de discutir políticas para a inserção do psicólogo nos atendimentos oferecidos pelo SUS em suas várias redes, proporcionando assim saúde no seu mais amplo sentido, ou seja, cuidando tanto do aspecto físico como do aspecto psicológico do sujeito, para evitar transtornos ao indivíduo envolvido no processo saúde-doença e a seus familiares. Nessa perspectiva de mudança, a atuação do psicólogo em saúde visa atender a urgência de compreender o indivíduo dentro do seu contexto e realidade, possibilitando que tais políticas efetivamente garantam os direitos humanos e pondo em prática os princípios do SUS: promoção de saúde e prevenção de doença, pois com o seu olhar é capaz de compreender aspectos subjetivos que são construídos no processo social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011).

O conhecimento científico que os psicólogos adquirem em seus estudos e também na prática com pesquisas participantes dentro das áreas de atuação, em que o contato direto com a comunidade é a base para o desenvolvimento desses estudos, permite encontrar as soluções dos problemas apontados. É uma forma eficaz, segundo Brandão (1999) e o Conselho Federal de Psicologia (2011), para que mudanças ocorram, trazendo para a realidade o compromisso que possibilitará uma prática muito mais ampla e identificada com as necessidades da população, de modo a ampliar o acesso e o compromisso social, visando uma mudança para o bem de toda a sociedade.

A Psicologia, quando aplicada à saúde, reúne conhecimentos específicos, científicos e profissionais, que colaboram para a promoção e manutenção da saúde, prevenção e tratamento de doenças, identificação da etiologia e diagnósticos relacionados à saúde, à doença e as disfunções associadas, bem como no aperfeiçoamento de políticas de saúde (GRUBITS; GUIMARÃES; FREIRE, 2007).

Objetivo

Caracterizar a produção científica, especialmente os procedimentos e técnicas de avaliação e intervenção psicológicas, observados em pesquisas sobre Políticas Públicas em Psicologia, publicadas no período compreendido entre 2010 e 2015.

2. Método

Justificativa

Para que haja evolução do conhecimento, há a necessidade de revisão da literatura e das pesquisas que são desenvolvidas em vários contextos do saber humano. Por meio de propostas apresentadas por Witter (1997, 1999, 2005b), é possível a organização da análise da produção científica, desenvolvida no presente estudo, sob diversas perspectivas, por meio de seus estudos, apresentou diferentes estratégias metodológicas que possibilitam tal tipo de investigação.

Desde o início da civilização, a partir do momento em que as informações passaram a ser registradas de forma escrita, o homem utiliza esse recurso para ampliar seu conhecimento sobre variadas áreas do conhecimento. Atualmente, tem-se a possibilidade de utilização de livros publicados, bem como de amplo material divulgado por mídia eletrônica e digital para compartilhar o conhecimento gerado das mais variadas maneiras. Assim, todo esse material disponível, permite a análise de produção científica em vários contextos (CÔRTEZ, 2006).

Os periódicos científicos, fonte da presente investigação, são importante recurso para a comunicação formal, tecnológica e científica pois são pautados no mérito do texto e sempre passam por criteriosa avaliação por pares para chegarem a ser publicados. Uma das principais funções dos artigos publicados em revistas científicas é difundir o conhecimento de forma rápida e eficaz, permitindo a divulgação das descobertas mais recentes e constituindo-se como rico material para análise de produção (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006).

Material

Foram investigados 91 artigos nacionais publicados em revistas científicas e indexados na Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia, que tratassem direta ou indiretamente sobre procedimentos de avaliação e atendimento psicológico, envolvidos em políticas públicas em Psicologia, publicados entre 2010 e 2015.

Procedimento

Primeiramente foi acessado o site da Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia (www.bvs-psi.org.br), com a expressão de busca 'Políticas públicas e Psicologia'. Após esse levantamento, os artigos foram separados e lidos detalhadamente. Somente foram analisados artigos publicados no período indicado, outras fontes de informações como livros e publicações de pós-graduação, bem como artigos publicados antes de 2010 não foram considerados neste estudo. Após a leitura, foram destacados aspectos formais e de conteúdo.

Os aspectos formais tratam das informações objetivas das publicações e centram-se no levantamento de dados diretos que constam nos textos como ano de publicação, nome do periódico onde o material foi publicado, instrumentos utilizados e fontes de informação das pesquisas, análise do título, dos autores e suas filiações institucionais. Os aspectos de conteúdo versam sobre análise dos resultados e conclusões das pesquisas, envolvendo as contribuições científicas que cada artigo apresentou em seu texto.

3. Resultados e Discussão

Aspectos Formais

Tabela 1. Ano de publicação dos artigos analisados.

Ano	N	%
2010	12	13
2011	16	18
2012	18	20
2013	22	24
2014	20	22
2015	3	3
Total	91	100

De acordo com os dados observados na Tabela 1, observou-se que a maior parte das publicações ocorreu em 2013 (24% - N=22) e 2014 (22% - N=20), na sequência tem-se 2012 (20% - N=18), 2011 (18% - N=16), 2010 (13% - N=12) e 2015 (3% - N=3), demonstrando que a produção científica sobre políticas públicas em Psicologia vem aumentando constantemente. Deve-se lembrar de que este levantamento foi realizado ao longo do primeiro semestre de 2015 e foram desconsiderados artigos anteriores a 2010.

Com a criação do CREPOP pelo CFP em 2006, a Psicologia passa a desenvolver ações coordenadas, buscando conhecer a prática dos profissionais. Esse conhecimento tem possibilitado a participação da Psicologia nos Conselhos de políticas públicas e no debate sobre a elaboração e a implementação das políticas sociais. Dessa maneira a cada ano mais trabalhos vão sendo realizados e publicados. Evidencia-se que o psicólogo vem, cada vez mais, atentando às questões de saúde pública e de políticas de saúde, ampliando o saber psicológico, para além do consultório particular, em direção à saúde coletiva (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014).

No que se refere ao periódico científico, observou-se a publicação de artigos relacionados ao tema em 26 diferentes revistas, de várias localidades.

Tabela 2. Periódicos responsáveis pelas publicações dos artigos.

Periódicos	N	%
Psicologia: Ciência e Profissão	22	24
Psicologia Escolar e Educação	8	9
Revista Psicologia e Sociedade	8	9
Estudos de Psicologia	6	7
Interface - Comunicação, Saúde e Educação	5	6
Revista Ciência e Saúde Coletiva	5	6
Revista Saúde e Sociedade	5	6

Revista Brasileira de Educação Especial	4	4
Revista Psicologia em Estudo	4	4
Fractal: Revista de Psicologia	3	3
Psicologia Clínica	3	3
Psicologia USP	2	2
Revista Ciência e Educação	2	2
Revista de Saúde Coletiva	2	2
Periódicos com publicação de um artigo	12	13
Total	91	100

A Tabela 2 identifica os periódicos onde os artigos foram publicados. Observa-se que a responsável pela maior parte das publicações sobre o tema foi a Revista Psicologia: Ciência e Profissão (24% - N=22), seguida pela Psicologia Escolar e Educação (9% - N=8), Revista Psicologia e Sociedade (9% - N=8), Estudos de Psicologia (7% - N=6), Interface – Comunicação, Saúde e Educação (6% - n=5), Ciência e Saúde Coletiva (6% - N=5), Saúde e Sociedade (6% - N=5), Revista Brasileira de Educação Especial (4% - N=4), Revista Psicologia em Estudo (4% - N=4), Fractal: Revista de Psicologia (3% - N=3), Psicologia Clínica (3% - N=3), Psicologia USP (2% - N=2), Revista Ciência e Educação (2% - N=2) e Revista de Saúde Coletiva (2% - N=2).

Justifica-se um número maior de artigos publicados na revista Psicologia: Ciência e Profissão, devido a ela ser uma publicação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. Essa revista publica artigos referentes à atuação profissional do psicólogo, à pesquisa, ao ensino ou à reflexão crítica sobre a produção de conhecimento na área da Psicologia, além disso, tradicionalmente é o periódico que mais foca nas questões sociais, de educação e de saúde pública, gerando reflexões sobre o papel social do psicólogo e da inserção do conhecimento psicológico na prática coletiva.

Outra característica analisada foram os instrumentos utilizados nas pesquisas. Os dados relacionados aos instrumentos foram os seguintes:

Tabela 3. Instrumentos utilizados.

Instrumentos utilizados	N	%
Entrevistas	26	67
Questionários	6	15
Oficinas	2	5
Indicador Clínico de Risco para o Desenvolvimento Infantil -IRDI	1	3
Inventário de Depressão de Beck*	1	3
Inventário Home – versão Infant Toodler	1	3
Inventário Multimídia de Habilidades Sociais para Crianças	1	3
Matrizes Progressivas de Raven*	1	3

*Instrumento de avaliação psicológica

A Tabela 3 expõe os procedimentos utilizados nas pesquisas que fazem parte dos artigos analisados, onde se verificou a prevalência de entrevistas (67% - N=22) seguida por questionários (12% - N=4) e oficinas (6% - N=2). Em relação aos instrumentos psicológicos padronizados, foram utilizados apenas o inventário de depressão de Beck (3% - N=1) e as Matrizes Progressivas de Haven (3% - N=1), caracterizando a pouca utilização de instrumentos padronizados por parte dos psicólogos pesquisadores.

Além dos aspectos apresentados, a fonte de dados das pesquisas empíricas também foi identificada. Nos estudos sobre metanálise, ou outros levantamentos, foi considerado material bibliográfico como fonte de informações. Nos estudos com seres humanos, foram identificadas pesquisas com profissionais/trabalhadores, usuários/pacientes, estudantes/estagiários e familiares/famílias conforme exposto na tabela 4.

Tabela 4. Fontes de informação das pesquisas.

Participantes/Fonte	N	%
Material bibliográfico	57	62
Profissionais/trabalhadores	16	18
Usuários/pacientes	9	10
Estudantes/Estagiários	7	8
Familiares/famílias	2	2
Total	91	100

A Tabela 4 indica que a maior parte das pesquisas sobre o tema foi desenvolvida com a utilização de material bibliográfico (62% - N=57). Seguem-se as pesquisas desenvolvidas com trabalhadores/profissionais (18% - N=16), com usuários/pacientes (10% - N=9), estudantes/estagiários (8% - N=7) e familiares/famílias (2% - N=2).

Tabela 5. Quantidade de vocábulos nos títulos dos artigos.

Vocábulos do título	N	%
10 a 15	58	64
3 a 9	20	22
16 ou mais	13	14
Total	91	100

Outro aspecto formal importante para análise é o número de vocábulos do título do trabalho. O título deve ser constituído de tal forma que elucide o que será tratado no artigo e merece atenção especial por parte dos autores. Segundo Witter (2005a), um título adequadamente formado deve centrar-se em 12 vocábulos, entretanto explica que entre dez e 15 tem-se um número de vocábulos adequados para que se possa identificar o texto de forma clara.

A Tabela 5 apresenta a distribuição da quantidade de vocábulos nos títulos dos artigos analisados e pode-se observar que a maior parte dos textos possuiu entre 10 e 15 vocábulos (64% - N=58), com média em 12 vocábulos empregados, o que caracteriza

o material alvo do presente estudo, atendendo ao que se considera recomendado para nomear uma pesquisa.

Tabela 6. Quantidade de autores.

Quantidade de autores	N	%
1	14	16
2	37	41
3	20	22
4	7	8
5	4	4
6	4	4
7	1	1
8	3	3
12	1	1
Total	91	100

A maior parte das publicações foi desenvolvida por dois autores (41% - N=37) seguidos por três autores (22% - N=20), um autor (16% - N=14), quatro autores (8% - N=7), cinco autores (4% - N=4), seis autores (4% - N=4) e oito autores (3% - N=3), conforme discriminado na tabela 6.

Tabela 7. Instituição dos autores.

Instituição dos autores	N	%
Universidade de São Paulo	15	12
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	13	11
Universidade do Estado de São Paulo - Assis	8	7
Universidade de Brasília	6	5
Universidade Federal de Santa Catarina	6	5
Universidade Federal de São Paulo	4	3
Universidade Federal do Espírito Santo	4	3
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	3	2
Universidade Estadual de Maringá	3	2
Universidade Federal de Juiz de Fora	3	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	3	2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	3	2
Universidade Federal de Uberlândia	3	2

Universidade Metodista de Piracicaba	3	2
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	2	2
Universidade Estadual de São Paulo – Bauru	2	2
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	2	2
Universidade Federal da Bahia	2	2
Universidade Federal de Minas Gerais	2	2
Universidade Federal de Santa Maria	2	2
Universidade Federal de São Carlos	2	2
Universidade Federal do Ceará	2	2
Universidade Presbiteriana Mackenzie	2	2
Universidades com uma publicação	26	22

A Tabela 7 identifica as instituições dos autores dos artigos publicados. Observa-se que as instituições responsáveis pela maior parte das publicações sobre o tema foram a Universidade de São Paulo (12% - N=15) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (11% - N=13), seguidas pela Universidade do Estado de São Paulo – Assis (7% - n=8), Universidade de Brasília e Universidade Federal de Santa Catarina (5% - N=6, cada uma), Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal do Espírito Santo (3% - N=4, cada uma).

Aspectos de Conteúdo

No que se refere às principais conclusões observadas na análise dos 91 artigos, tem-se grande variedade de considerações e desdobramentos. No sentido de se articular de forma mais clara tais resultados, optou-se em classificar os dados obtidos nas pesquisas por categorias de análise. As categorias foram assim divididas: 1) Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Saúde; 2) Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Educação; 3) Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas na Justiça; 4) Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas na Assistência Social e 5) Aspectos relativos à formação do psicólogo para a formulação de políticas públicas.

Para uma análise ainda mais acurada, cada categoria foi dividida em subcategorias:

- Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Saúde.
 - a)Atuação profissional do Psicólogo na saúde;
 - b)Características de pacientes e usuários do serviço;
 - c)Reforma Psiquiátrica e Saúde Mental.
- Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Educação.
 - a)Psicologia escolar e educacional;
 - b)Educação Especial.
- Aspectos relacionados à contribuição para a formulação de políticas públicas na Justiça.
 - a)Resolução de conflitos;

b)Direitos humanos.

- Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas na Assistência Social.
 - a)Atuação profissional do Psicólogo na assistência social;
 - b)Reinserção familiar e os direitos da criança e do adolescente.
- Aspectos relativos à formação do psicólogo para a formulação de políticas públicas.

Tabela 8. Categorias dos resultados dos artigos.

Categorias	N	%
Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Saúde	30	33
Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Educação	23	25
Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas na Justiça	16	18
Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas na Assistência Social	11	12
Aspectos relativos à formação do psicólogo para a formulação de políticas públicas	11	12
Total	91	100

Após a leitura dos artigos, buscando uma melhor caracterização, optou-se pela apresentação dos principais resultados obtidos nas pesquisas, a partir das categorias e de subcategorias. Os resultados foram sintetizados e agrupados conforme segue:

Tabela 9. Principais conclusões – Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Saúde.

Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Saúde.	N	%
Atuação profissional do Psicólogo na saúde	14	47
Características de pacientes e usuários dos serviços	9	30
Reforma Psiquiátrica e Saúde Mental	7	23
Total	30	100

A atuação dos psicólogos na saúde foi o principal foco das pesquisas analisadas (47% - N=14), como pode ser observado na tabela 9.

O conhecimento científico que os psicólogos adquirem em seus estudos e também na prática com pesquisas participantes dentro das áreas de atuação, em que o contato direto com a comunidade é a base para o desenvolvimento desses estudos, permite criar condições para uma reflexão sobre possíveis soluções para os problemas apontados. É uma forma eficaz, segundo Brandão (1999) e o Conselho Federal de

Psicologia (2011), para que mudanças ocorram, trazendo para a realidade o compromisso que possibilitará uma prática muito mais ampla e identificada com as necessidades de saúde da população, de modo a ampliar o acesso e o compromisso social, visando à mudança para o bem de toda a sociedade.

Contudo, era necessária uma Psicologia comprometida com as mudanças sociais, propostas pela Psicologia comunitária, além daquelas trazidas pelo processo de redemocratização do país, em oposição a um estado autoritário, de políticas assistenciais. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011, p. 9).

É preciso que se construam políticas públicas de saúde mais claras e integradoras, uma política efetiva de saúde coletiva. Para isso, é fundamental que os psicólogos se organizem e ajam, para que os responsáveis pelas políticas públicas de saúde, da esfera regional até a federal, conheçam as potencialidades da intervenção psicológica e as vantagens e importância da integração do conhecimento psicológico nessa área (BOING; CREPALDI, 2010).

Segundo Mendes e Ceotto (2011), cabe à Psicologia, e aos psicólogos da saúde, criar espaços de discussão entre os profissionais de saúde, que permitam a construção de saberes, a elaboração de conflitos, angústias, identidades e de todos os aspectos que se mostrem importantes para a conquista de qualidade de vida no trabalho e de um trabalho saudável para todos os profissionais envolvidos.

No que se refere às características de pacientes e usuários dos serviços (30% - N=9), tem-se, de acordo com Angerami-Camon (2003) que é muito importante se conhecer os usuários dos serviços de saúde, suas características e expectativas, para que o psicólogo possa planejar e elaborar os métodos mais adequados, fazendo uso das técnicas que melhor se adaptem à realidade, a fim de que as necessidades dessa população sejam efetivamente atendidas.

Têm-se também a reforma psiquiátrica e a saúde mental (23% - N=7), nesse contexto, segundo Costa-Rosa (2000), a reforma psiquiátrica brasileira se alinhou à crítica inglesa e italiana à psiquiatria, desenvolvendo conceitos e objetivos novos na atenção em saúde mental. A criação do Centro de Atenção Psicossocial em Itapeva (SP) e do Núcleo de Atenção Psicossocial em Santos (SP) criou uma estratégia de substituição aos manicômios, imprimindo um novo paradigma à saúde mental, a atenção psicossocial. Representando um avanço político, técnico e ideológico, um modo de se produzir saúde com foco no sujeito e em seu sofrimento, considerando os fatores biopsicossocioculturais e a participação autônoma do sujeito no seu tratamento.

Tabela 10. Principais conclusões - Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Educação.

Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Educação	N	%
Psicologia escolar e educacional	17	74
Educação Especial	6	26
Total	23	100

A psicologia escolar e educacional, contribuindo para a formulação de políticas públicas foi o principal foco das pesquisas nesse aspecto (74% - N=17). Em seguida têm-se a educação especial (26% - N=6), de acordo com a tabela 10.

As práticas do psicólogo na educação devem considerar e se comprometer com os fatores sociais, difundindo-se para além dos limites acadêmicos. Segundo Medeiros e Aquino (2011), é preciso que pesquisas sejam desenvolvidas em torno da formação e atuação do psicólogo escolar, para que se conheça melhor esse campo de trabalho, a realidade e as formas de atividade desse profissional. É preciso discutir a prática profissional que tem sido desenvolvida no contexto da Psicologia escolar.

Melhorar o desempenho escolar e os indicadores educacionais é um desafio imenso e que não pode ser avaliado apenas do ponto de vista quantitativo. Os administradores públicos e demais trabalhadores da educação precisam se envolver na construção de políticas e ações coerentes com as necessidades e demandas do país. O psicólogo que dedica seus esforços para a educação é um trabalhador da educação e deve se implicar nessa construção (GATTI, 2009).

O profissional da Psicologia Escolar e Educacional deve se inserir nos fóruns em que são discutidas políticas públicas educacionais para que a sua participação nesse contexto seja consolidada. A exigência de definições para a atuação desse profissional na escola, evitando a simples transferência entre secretarias e a cobrança de referenciais teóricos adequados em concursos públicos, permitirão uma visão mais ampla do contexto escolar e da educação especial, desestimulando a simples adaptação de práticas clínicas e remediativas da psicologia no contexto escolar (GUZZO; MEZZALIRA; MOREIRA, 2012).

Tabela 11. Principais conclusões – Aspectos relacionados à contribuição para a formulação de políticas públicas na Justiça.

Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas na Justiça.	N	%
Resolução de conflitos	9	56
Direitos humanos	7	44
Total	16	100

A resolução de conflitos (56% - N=9), seguidas pelos direitos humanos (44% - N=7), foram os principais temas das pesquisas relacionadas à justiça, como observado na tabela 11.

Segundo Sen (2010), a discussão sobre resolução de conflitos e direitos humanos não deve fundamentar-se apenas em um marco legislativo de proteção a direitos, mas considerar a abordagem de uma ética social sobre o justo e a justiça. Koerner (2003) propõe que o psicólogo busque superar a analogia dos direitos humanos com os direitos constitucionais, integrando as demandas dos setores sociais, considerando suas características singulares, temas políticos e ambientais. A transversalidade dos direitos humanos é proposta por Scherer-Warren (2006), enfatizando que para se alcançar esses direitos é necessária a articulação com a sociedade civil, pois os sistemas que produzem as violações dos direitos humanos, o racismo, o sexismo, a misoginia, a homofobia, entre outros, se reforçam mutuamente e devem reunir esforços para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para Gonçalves (2010), quando se discute a relação entre a Psicologia e os direitos humanos, deve-se colocar em evidência que situações envolvendo o desrespeito afetam a subjetividade dos indivíduos, por isso o conhecimento psicológico pode servir

para que os psicólogos se coloquem na luta pela transformação das situações que acarretam violação dos direitos fundamentais de todos.

Tabela 12. Principais conclusões – Aspectos relacionados à contribuição para a formulação de políticas públicas na Assistência Social.

Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas na Assistência Social.	N	%
Atuação profissional do psicólogo na assistência social	6	55
Reinserção familiar e os direitos da criança e do adolescente	5	45
Total	11	100

A atuação profissional do psicólogo na assistência social (55% - N=6) e a reinserção familiar e os direitos da criança e do adolescente (45% - N=5) foram os principais temas das pesquisas, como observado na tabela 12.

De acordo com Cruz e Guareschi (2009), no contexto de politização dos saberes da Psicologia e de engajamento e trabalho pela transformação social, emergem novas áreas de intervenção para o profissional psicólogo como, por exemplo, a atuação no vasto campo das políticas públicas e particularmente no âmbito da Assistência Social. Apropriando-se de conhecimentos sobre os modos de funcionamento da administração pública, da legislação e das práticas de gestão; trabalhando pela transformação social, superando estratégias meramente paliativas e assistencialistas, evitando psicologizar e patologizar o social; ocupando os espaços de controle social e participando efetivamente dos Conselhos de Assistência Social e Direitos da Criança e do Adolescente; o psicólogo e a psicologia criam condições para uma atuação efetiva na assistência social.

Tabela 13. Principais conclusões – Aspectos relativos à formação do psicólogo para a formulação de políticas públicas.

Aspectos relativos à formação do psicólogo para a formulação de políticas públicas.	N	%
Aspectos relativos à formação do psicólogo para a formulação de políticas públicas	11	100
Total	11	100

Aspectos relativos à formação do psicólogo para a formulação de políticas públicas se constituiu em uma das categorias de análise das pesquisas (100% - N=11), de acordo com a tabela 13.

Segundo Haddad et al. (2010), para que se alcance o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, uma parceria entre os Ministérios da Educação e Saúde é prioritária, considerando que o campo dos recursos humanos é estratégico. Qualificar a formação acadêmica, desenvolvendo e valorizando os profissionais desde a formação inicial até a educação permanente são avanços fundamentais para se melhorar a atenção em saúde prestada à população. Esses profissionais devem ser preparados, na formação, para participarem ativamente da formulação de políticas públicas em seus campos de atuação.

4. Considerações Finais

A análise de produção científica constitui-se em importante fonte de recursos em pesquisas. O material publicado sobre um determinado assunto pode ser identificado e caracterizado, propiciando a oportunidade de se estudar e se aprofundar em temas emergentes.

Após a análise dos artigos publicados com o tema "Políticas Públicas em Psicologia" entre 2010 e 2015, os dados mais incidentes demonstraram que:

Durante o período estudado, os anos de maior produção de artigos foram 2013 e 2014, observando-se média anual de 15 artigos publicados. Deve-se considerar que a análise foi feita ao longo do primeiro semestre de 2015 e que artigos anteriores a 2010 foram desconsiderados. No que se refere aos periódicos, foram levantadas 26 revistas com artigos sobre o tema, sendo que a maior quantidade de textos foi encontrada na Revista Psicologia: Ciência e Profissão. Houve predomínio de dupla autoria dos trabalhos e uma identificação adequada do número de vocábulos nos títulos, ou seja, entre 10 e 15 palavras.

As áreas de investigação dos trabalhos foram divididas em categorias de análise: Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em saúde (33%, N=30); Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em educação (25%, N=23); Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas na Justiça (18%, N=16); Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas na Assistência Social (12%, N=11) e aspectos relativos à formação do psicólogo para a formulação de políticas públicas (12%, N=11).

Foram utilizados apenas dois testes, como instrumentos de avaliação psicológica para a coleta de dados das pesquisas, as Matrizes Progressivas de Raven e o Inventário de Depressão de Beck, demonstrando a mínima utilização de testes, como instrumentos de avaliação psicológica, quando o assunto são as Políticas Públicas e a Psicologia.

Os dados apresentados na presente reflexão dizem respeito ao período estudado e às bases de dados consultadas, outras investigações mostram-se necessárias para que se possa conhecer o estado da arte sobre Políticas Públicas e a Psicologia.

Salienta-se a importância de estudos sobre esse tema, revelando as potencialidades da contribuição que o saber e as práticas da Psicologia podem trazer às discussões da agenda política, elaborando, implantando e avaliando as políticas públicas brasileiras. A Psicologia tem um compromisso social e as condições necessárias para a realização de uma análise crítica, respeitando o sujeito e sua subjetividade.

Referências

ANGERAMI-CAMON. V. A. Elementos institucionais básicos para a implementação do serviço de psicologia no hospital. In: ANGERAMI-CAMON. V. A. (organizador). **A psicologia no hospital**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2003. p. 1-22.

BOING, E.; CREPALDI, M. A. O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 634-649, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan 2015.

BOCK, A. M. B. Psicologia e Políticas Públicas. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, I, 2011, Belo Horizonte. **Seminário de abertura.** Disponível em:

<<http://www.crpmg.org.br/CRP2/File/Ana%20Bock%20-%20%20PsicoPol%C3%ADticasP%C3%BAblicas.pdf>>. Acesso em: 23 nov 2014.

BRANDÃO, C. R.; STECK, D. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (Org). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 7-14.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da Saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências,** [on-line], Brasília, 1990a. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134238>>. Acesso em: 9 abr 2015.

BRASIL. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde e dá outras providências,** [on-line], Brasília, 1990b. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134561>>. Acesso em: 9 abr 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Senhoras e senhores gestores da saúde:** como a psicologia pode contribuir para o avanço do SUS. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A Psicologia Brasileira apresentada em números.** 2014a. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/>> Acesso em 23 de set 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviços - Referências técnicas (CREPOP)".** 2014b. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/>> Acesso em 23 de set 2014.

CÔRTEZ, P.L. Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. In: POBLACION, D.A.; WITTER, G.P.; SILVA, J.F.M. **Comunicação & produção científica:** contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006, p. 33-55.

COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. **Ensaio:** subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 141-168.

CRUZ, L.R.; GUARESCHI, N. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L.R.; GUARESCHI, N. (orgs.) **Políticas públicas e assistência social:** diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2009, p.13-40.

GATTI, B. A. Políticas, ações educacionais e desempenho escolar. In: ARROYO, M. G.; ABRAMOWICZ, A. (orgs), **A reconfiguração da escola:** entre a negação e a afirmação de direitos. Campinas, SP: Papirus, 2009, p. 35-48.

GONÇALVES, A. RAMOS, L.M.S.V.C., CASTRO, R.C.F. Revistas Científicas: características, funções e critérios de qualidade. In POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. da (Org). **Comunicação & Produção Científica:** contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006.

- GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GRUBITS, S.; GUIMARÃES, L.A.M.; FREIRE, H.B.G. Psicologia da Saúde: conceitos e evolução do campo. In: GRUBITS, S; GUIMARÃES, L.A.M (org.). **Psicologia da Saúde: Especificidades e diálogo interdisciplinar**. São Paulo: Vetor, 2007, p. 27-36.
- GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. da C.; MOREIRA, A. P. G. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, PR, v. 16, n. 2, p. 329-338, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2015.
- HADDAD, A. E. et al. Formação de profissionais de saúde no Brasil: uma análise no período de 1991 a 2008. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 383-393, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2015.
- KOERNER, A. O papel dos direitos humanos na política democrática: análise preliminar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 18, n. 53, p. 143-181, 2003. Disponível em <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18083.pdf>. Acesso em 17 jul. 2015.
- MEDEIROS, L. G.; AQUINO, F. S. B. Atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino: concepções e práticas. **Psicologia Argumento**, São Paulo, SP, v. 29, n. 65, p. 227-236, 2011.
- MENDES, F. M. S.; CEOTTO, E. C. Relato de intervenção em psicologia: identidade social do agente comunitário de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 496-506, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jul 2015.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, Abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 jul. 2015.
- SEN, A. Elementos de uma teoria de direitos humanos. In DINIZ, D.; SANTOS, W. **Deficiência e discriminação**. Brasília, DF: Letras Livres, 2010, p. 19-63.
- WITTER, G.P. (org.). **Produção científica**. Campinas: Editora Átomo, 1997.
- WITTER, G.P. (org.). **Produção científica em psicologia e educação**. Campinas: Alínea, 1999.
- WITTER, G.P. Leitura no Reading Research Quaterly (2000/2002). In: WITTER, G.P. (org.). **Metaciência e psicologia**. Campinas: Alínea, 2005a, p. 137-154.
- WITTER, G.P. (org.). **Metaciência e psicologia**. Campinas: Alínea, 2005b.